



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Alves Furtado, Cláudio
Cabo Verde: dilemas étnico-identitários num território fluido
Ciências Sociais Unisinos, vol. 49, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 2-11
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93826318001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Cabo Verde: dilemas étnico-identitários num território fluido

Cape Verde: Ethnic and identity dilemmas in a fluid territory

Cláudio Alves Furtado¹
cfurtado.unicv@gmail.com

Resumo

A identidade cabo-verdiana tem sido objeto de questionamentos, dúvidas e disputas em que a condição arquipelágica, o tipo de povoamento e de colonização não são de todo alheios. Diríamos que são estruturantes nas ambiguidades, ambivalências e contradições que perpassam as múltiplas narrativas (re)produzidas, apropriadas e reapropriadas nos mais vários momentos da história de Cabo Verde, bem como das práticas que dão concretude às relações sociais entre os cabo-verdianos e entre eles e os outros, particularmente os europeus e os africanos continentais. Uma profusão de ensaios, teses e livros tem sido produzida e tematizado a problemática da identidade, o que, a nosso ver, reitera a ambiguidade, cuja dimensão existencial não pode ser descurada, que a comporta. Ademais, tal profusão tende a demonstrar a complexidade da questão e seu não esgotamento. O presente texto não tem a pretensão de exaurir a reflexão sobre a questão. Antes, propõe discutir as formas como a sociedade cabo-verdiana, tanto as suas elites intelectuais e políticas quanto o cidadão comum, tem enfrentado o processo de construção identitária numa encruzilhada, a um só tempo, espacial e simbólica.

Palavras-chave: identidade, nação, território, ambiguidades.

Abstract

Cape Verdean identity has been the subject of questions, doubts and quarrels. Its archipelagic condition its type of settlement and the workings of its colonization are not entirely unrelated to its identity. It could be said that they are structural to the ambiguities, ambivalences and contradictions which pervade the multiple narratives (re)produced, appropriated and re-appropriated in the most disparate moments in Cape Verde's history, as well as to the practices that embody social interactions among Cape Verdeans and between themselves and others, particularly Europeans and continental Africans. A profusion of essays, theses and books has been recently produced to deal with the matter of identity. In our judgment, that reiterates an ambiguity – whose existential dimension cannot be neglected – that encompasses it. Moreover, such a profusion tends to demonstrate the complexity of the issue rather than its depletion. This paper does not intend to exhaust the debate on this matter. Rather, it proposes a discussion about the ways Cape Verdean society – intellectual and political elites as much as the ordinary citizen – has coped with the process of identity construction as a crossroads, both spatial and symbolic.

Key words: identity, nation, territory, ambiguities.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Praça Inocêncio Galvão, 42, Largo 2 de Julho, Centro, 40060-055, Salvador, BA, Brasil.

Introdução

As narrativas sobre a identidade e nação cabo-verdianas têm constituído, de forma recorrente, um objeto permanente de discussão, reflexão e, por vezes, de apaixonados debates entre homens das letras, políticos e cientistas sociais, chegando a adentrar o espaço da vida quotidiana, envolvendo uma parte não negligenciável dos cidadãos.

Regra geral, as reflexões e os posicionamentos expendidos sobre essa questão têm oscilado entre, de um lado, a reivindicação de uma especificidade sociocultural e identitária cabo-verdiana traduzida na criouldade e na gênese mestiça da cultura cabo-verdiana e, de outro, na assunção de uma pertença negro-africana, situando Cabo Verde e os cabo-verdianos na geografia e cultura africanas.

No entanto, esta taxonomia de pertença e/ou filiação identitária esconde, na verdade, um *continuum* entre as duas extremidades ou as duas matrizes da formação social crioula. Com efeito, de forma mais ou menos implícita, em ambos os casos, assume-se, valorando de forma diversa, é certo, a forte ascendência da cultura ibérica na formação do homem e da cultura cabo-verdianos, sendo os aportes estritamente negro-africanos considerados como menos significativos, tendo majoritariamente sido diluídos na longa história de Cabo Verde.

Mesmo os que reivindicam a africanidade da cabo-verdianidade matizam-na com o hibridismo cabo-verdiano que resultaria não apenas do contato e da interpenetração no contexto da situação colonial, com todas as implicações que isso comporta (Balandier, 2001), como da pluralidade de origens étnicas e culturais dos africanos que aportaram nas Ilhas de Cabo Verde e que nelas se fixaram e cujo fusonamento decorre das condições de fixação e da não/(im)possibilidade de reunião de pessoas com mesma origem étnica, diferenciando-se, por exemplo, do que aconteceu na Bahia (Reis, 2003).

De uma forma relativamente mais consistente, o discurso criador e conformador de uma identidade cabo-verdiana, enquanto realidade socio-antropológica ou como um devir, começa a ser objeto de reflexão, com alguma organicidade, nos anos trinta do século passado ao redor do Movimento Claridade (Fernandes, 2002, 2006; Anjos, 2002, 2003; Neto, 2009). Efetivamente, seja nos romances e nos poemas (Baltazar Lopes da Silva, Manuel Lopes, etc.), seja nos ensaios etnográficos (Baltazar Lopes da Silva e Felix Monteiro²) busca-se, num caso, reivindicar uma autonomia identitária e cultural, ainda que inscrita numa macroestrutura lusitana e, no outro, traçar etnograficamente os elementos culturais e religiosos da "cabo-verdianidade", fazendo emergir o sincretismo em algumas manifestações desses elementos, apontando, contudo, para uma tendência ao apro-

fundamento do processo de sincretismo e, por conseguinte, da perda da visibilidade da matriz africana. Aqui, nitidamente, estamos perante um juízo de valor não necessariamente explicitado, uma vez que o sincretismo é negativamente valorado em relação aos elementos negro-africanos, significando, aliás, muito mais uma assimilação e uma subsunção à cultura e a religiões de matriz europeia do que um caldeamento e uma troca, o que, numa situação colonial e de contato, é por demais difícil.

Propomos, no presente texto, tentar entender como a sociedade cabo-verdiana, no transcorrer da sua história, constrói, ou melhor, como é construída empírica e, fundamentalmente, reflexivamente, num espaço territorial e simbólico múltiplo e escorregadio, uma nação, ela mesma ambivalente, em que o Atlântico é apropriado como elemento estruturador de uma singularidade que ora rejeita uma pertença (África) para aceitar outra (Europa ou Macaronésia), ora para aceitar o que negara e negar o que tinha aceitado. Nesse processo, a tradicional emigração cabo-verdiana vem demonstrar que o território, enquanto espaço construído e de conformação de identidades e pertenças, nomeadamente étnicas, é múltiplo e, neste contexto, não pode ser confundido nem com fronteiras físicas ou simbólicas, nem com a sua estrita dimensão físico-política, ou melhor, geográfico-política.

Na verdade, o território, enquanto espaço de realização da atividade humana, é um produto de apropriação e reapropriação por parte dos grupos sociais mas que permite o estabelecimento de relações políticas, econômicas, identitárias e de pertencimento.

Nesse quadro, território é o espaço de realização, de conformação e de (re)estruturação de pertenças étnicas e identitárias. As pertenças são mutantes e, neste processo de mutação, agem sobre o território, reconfigurando-o permanentemente.

Sendo embora verdade, como afirma Hall (1999), que existe, no mundo de hoje, um processo de desintegração das identidades nacionais, pela tendência da homogeneização cultural da globalização, não é menos verdade que esse processo é concomitante a outro, qual seja, de reintegração das identidades nacionais, reformatadas é certo, bem como de identidades locais, grupais, sexuais, étnicas e de classe. Isso permite, a um só tempo, e no âmbito da resistência ao processo de globalização, que as dimensões global e local se interconectem, sem que isso signifique o desaparecimento das especificidades locais. Antes, podem conhecer um recrudescimento, como o demonstram alguns nacionalismos. São, como sugere Hall, as identidades híbridas que emergem com força (Hall, 1999).

Parece-nos, no entanto, que, no contexto cabo-verdiano, essa hibridização identitária é constitutiva desse espaço territorial, remontando, por conseguinte, aos primórdios do povoamento das ilhas e a sua colonização. É verdade, todavia, que a

² Baltazar Lopes da Silva e Felix Monteiro, ambos cofundadores da Revista Claridade, desenvolveram e publicaram trabalhos de natureza etnográfica, particularmente sobre as Ilhas de Santiago e Fogo. A preocupação com a etnografia da ilha de Santiago parece estar ligada ao fato de essa ilha ser considerada a mais africana de todas, impondo-se, por um lado, demonstrar os traços étnicos e culturais dessa africanidade (diferenciadora das ilhas mais europeias, a norte – Barlavento) ao mesmo tempo que se mostrava a tendência para a diluição da África (Fernandes, 2002).

globalização, a par da forte mobilidade populacional que Cabo Verde conheceu ao longo de sua história, vem aprofundar esse processo de hibridização. Sustentamos também que é precisamente esse processo de hibridização, manipulado discursivamente pelas elites, que explica, ao menos em parte, a plasticidade e os dilemas identitários cabo-verdianos que perpassam tanto os estudos, os ensaios e as reflexões como as práticas sociais.

Sugerimos, na mesma esteira de Rocha (2009), que a experiência recente de contatos permanentes com comunidades imigradas no espaço territorial do Estado nacional, com particular relevância para os imigrantes oriundos de países da parte continental da África Ocidental, tem feito recrudescer essa ambiguidade identitária, tanto em termos discursivos quanto das práticas e relações sociais.

Contextualizando a problemática...

Uma profusão de estudos sobre territórios, etnicidades e identidades tem sido realizada em praticamente todas as disciplinas das ciências humanas e sociais. Mais do que isso, constata-se, do ponto de vista teórico, um exercício crescente de reflexão teórica de natureza inter, ou mesmo transdisciplinar no tratamento dessa temática. É interessante notar que a tradição do século XIX que levou ao estabelecimento de fronteiras teóricas, metodológicas e de objeto entre as múltiplas Ciências Sociais nascentes, como condição de sua autonomização, está sendo hodiernamente questionada, buscando-se interfaces e diálogos transdisciplinares, superando as limitações epistemológicas, teóricas e metodológicas que uma perspectiva exclusivamente disciplinar comporta.

Interessantes também são algumas coincidências – se é que se trata de efetivas coincidências – em dois momentos históricos importantes para determinados espaços geográficos, isto é, no século XIX e no dealbar do século XXI. Na verdade, o século XIX, que marca a criação e a consolidação das ciências sociais, passando pelo estabelecimento de *fronteiras disciplinares*, também é aquele que, na sequência da Conferência de Berlim, impõe, pela necessidade da chamada ocupação efetiva como princípio de legitimação, o estabelecimento das *fronteiras nacionais*.

Interessante semelhança: a definição de territórios e suas fronteiras nos espaços dominados e colonizados e o concomitante processo de constituição de disciplinas científicas com suas respectivas fronteiras disciplinares, se dão num processo de imposição de territórios e de fronteiras geográficas no continente africano e de produção de um discurso "científico" legitimador do Outro, diferente, selvagem, de pensamento pré-lógico, de que a epistemologia da alteridade da antropologia constitui um modelo (Mafeje, 2001).

É verdade, contudo, como o afirma a historiadora Isabel Castro Henriques, remetendo-nos a Henri Brunschwig, que o estabelecimento de fronteiras territoriais nos espaços coloniais não teria sido decidido pela Conferência de Berlim, ainda que ela tenha sido utilizada para o efeito. Afirma Castro Henriques (2003, p. 4),

se bem que os historiadores, em particular Henri Brunschwig, tenham analisado as decisões da Conferência de Berlim, para salientar não ter havido em Berlim a "partilha" efectiva de que tanto se fala, a verdade é que as ideologias nacionais e até intercontinentais acabaram por instrumentalizar a relação entre fronteiras e Conferência de Berlim. Esta operação apresenta o carácter deveras particular de não ter havido em Berlim a presença de qualquer africano. Prova da vontade europeia de hegemonia, a Conferência contribuiu, mesmo se indirectamente, para a fixação dessas fronteiras, que a defunta OUA tornou indiscutíveis e destinadas à duração eterna!

É a necessidade de estabelecimento de territórios e sua efetivação que criam, pela negação e alienação de territórios secularmente pertencentes a povos africanos, e constroem novos territórios: os territórios coloniais, de que Cabo Verde constitui um caso, ainda que particular, uma vez que, sustentam os historiadores, as ilhas terão sido encontradas desabitadas nos meados dos anos 1460, momento da chegada dos portugueses (Albuquerque e Santos, 1991).

Com efeito, no contexto das sociedades africanas, os territórios não são meros espaços físicos e geográficos, são, antes, portadores de uma historicidade social e mítica que liga povos e culturas não apenas a uma determinada cosmovisão, mas também à sua relação com os ancestrais. Neste sentido, o território comporta uma dimensão cultural e religiosa indiscutível que a colonização, pela sua expropriação, laicizou e, por via disso, buscou formas de legitimar a ocupação e a reclamação do direito de propriedade. Por isso, no contexto do continente africano pré-colonial,

o território define-se por isso pela relação que sustenta com a história, e que se exprime não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, os outros provindos do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. Um homem define a sua identidade por meio de alguns suportes: primeiro pelo facto de pertencer a uma família, a qual está integrada num clã, numa comunidade, numa nação. Esta aparente dependência do indivíduo e da família em relação às unidades superiores, não deve contudo enganar-nos: é a soma das pequenas identidades que autoriza a construção global da identidade, a qual está historicamente ligada a um território (Castro Henriques, 2004, p. 5).

No caso cabo-verdiano, uma colônia de povoamento, sustentamos que existe um triplo processo que imbrica a relação entre território, etnicidades e identidades. Com efeito, tendo sido, como atestam muitos historiadores, encontradas desabitadas, a ocupação das ilhas de Cabo Verde constitui, a um só tempo, (i) um processo de construção de um território (no sentido de que o território é o processo de historicização de um espaço físico e também simbólico), (ii) de desterritorialização, uma vez que implicou, no caso dos africanos e de muitos degredados europeus, a expropriação de seus territórios de origem, (iii) e de reterritorialização, uma vez que os moradores das ilhas tiveram que (re)construir e (re)construir-se num novo território.

Essa reterritorialização, no caso cabo-verdiano, não é uma exclusividade do momento inicial do povoamento, mas ela é uma constante, uma vez que desde cedo a emigração marcou e marca, de forma estrutural, a história da formação social cabo-verdiana. As comunidades cabo-verdianas diaspóricas (re)produzem, em terras alienígenas, um novo território, essencialmente na sua dimensão simbólica mas também sociocultural. É, em certa medida, um Cabo Verde fora do lugar que permite que identidades cabo-verdianas sejam reconstituídas em espaços territoriais juridicamente pertencentes a outros Estados, mas efetivamente apropriados e reapropriados quotidianamente pelos imigrantes cabo-verdianos e sua descendência, como um "chão" cabo-verdiano (Saint-Maurice, 1997).

Acresce que esse triplo processo de desterritorialização, territorialização e reterritorialização é concomitante a um sistema de reconstrução de identidades étnicas no contexto da situação colonial, colocando em relação, numa diferencial e desigual relação de poder, colonos, europeus e brancos, ainda que degradados, judeus e prostitutas, de um lado, e escravos africanos provenientes de várias origens étnicas e territoriais, de outro. Trata-se, de certa forma, de um processo de construção de uma identidade de fronteira na justa medida em que impulsiona a necessidade de invenção de uma tradição identitária (Hobsbawm e Ranger, 1984), identidade permanentemente ritualizada e reatualizada em espaços físicos, identitários e étnicos extremamente fluidos.

Estamos, neste contexto, recuperando, para a nossa análise, o conceito de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) tal qual cunhado por Raffestin (1987, 1993). Na verdade, esse autor propõe definir a territorialidade como um conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais (Haesbaert Costa, 1997).³ Pensando a TDR como processo que ocorre essencialmente devido a fatores econômicos, não se pode, contudo, menosprezar a interveniência de outras dimensões, notadamente de índole política, cultural e simbólica, relevantes para a compreensão do fenómeno. O caso cabo-verdiano, com múltiplas visões, interpretações e relacionamento com o território, exige, nos parece, desatar nós para poder construir, ou melhor, fazer emergir inteligibilidades que entrelaçam a pertença ao território, à territorialidade (enquanto

relações sociais que se estabelecem no interior dos territórios) e à permanente reconfiguração de ambos, resultante de processos politicamente diferenciados de construção e imposição de (di)visões do mundo.

Sustentamos que, de certa forma, é esse processo, a um só tempo, triplo e doloroso de cruzamento de povos e culturas, numa situação de desigualdade de poder, que conduz, por um lado, à produção de uma identidade plástica e sempre à procura de novos referentes, espacial e territorialmente referenciados e reportados e, por outro, de uma idêntica plasticidade no território, num desejo permanente de "querer partir e ter que ficar" ou "querer ficar e ter que partir", um cânone associado, no primeiro caso, aos evasioneiros e, no segundo, aos anti-evasioneiros.⁴

Com efeito, os "deslocados", que inventam um território, muitas vezes hostil⁵, são compelidos a buscar novos espaços, físicos e simbólicos, em novos ou velhos territórios, construindo e delimitando novas fronteiras. Por vezes, o mar, o Atlântico, constitui o grande óbice à concretização da vontade de "querer partir". Outras vezes, este mesmo mar se constitui num meio de partida e de alargamento de fronteiras, construindo e/ou conformando novos territórios que, embora alienígenas, são reterritorializados, ganhando um novo significado, corporificando novas identidades e novas etnicidades "[...] no interior de sociedades envolventes, culturalmente hegemónicas e onde tais colectividades vivem a situação de minorias étnicas ou, ainda, de nacionalidades inseridas no espaço do Estado-Nação" (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 8).

O mar funcionaria, neste contexto, como elemento de expulsão do território originário num momento de "querer ficar e ter que partir", mas que conduz à conformação de uma nação que não cabe nas ilhas (Fernandes, 2006).

E tudo começou... e tudo continua como está!

Cabo Verde, afirmam os historiadores, teria sido descoberto pelos portugueses em meados de 1460 (Andrade, 1997b). As ilhas foram encontradas desabitadas e o povoamento teria iniciado logo após a descoberta com escravos provenientes da

³ Haesbaert Costa sinaliza três vertentes de conceitos para território: (i) jurídico-político – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de carácter estatal; (ii) o cultural(ista) – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou da "identidade social sobre o espaço"; (iii) a economia – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da "relação capital-trabalho". O mesmo autor afirma que os mais comuns são posições múltiplas, compreendendo sempre mais de uma das vertentes (1997, p. 39-40).

⁴ A história da literatura cabo-verdiana diferencia os escritores (poetas, sobretudo) evasioneiros dos anti-evasioneiros essencialmente pela forma como a temática da emigração é tematizada. Os evasioneiros tenderiam a pontuar, nas suas produções poéticas e literárias, o incessante desejo de se evadirem do espaço das ilhas, revelando este espaço não comportar a dimensão desses desejos, impondo-se romper os grilhões que o Atlântico representa. Contudo, esse desejo de partir não se concretiza, transformando as ilhas, o mar-arquipelágico e o Oceano Atlântico numa prisão, metaforicamente falando, é claro. Em contrapartida, os anti-evasioneiros seriam aqueles que fazem emergir nas suas produções o desejo ardente de querer permanecer no espaço ilhéu, sendo, no entanto, compelidos a partir. Assim, 'querer partir e ter que ficar' e 'querer ficar e ter que partir' constituíram o drama dos ilhéus!

⁵ Um arquipélago encontrado desabitado, situado numa região sudano-saheliana, por conseguinte, sujeito a secas periódicas e com elas as fomes e mortandades que atravessaram a sua história, a que se acresce a violência da escravidão, do desterro, enfim, da desterritorialização.

região da Costa do Ouro (que recobria uma vasta extensão do Senegal ao Rio do Ouro), majoritariamente, e alguns europeus, nomeadamente portugueses e genoveses.

Pode-se afirmar, como sublinha Carreira (2000), que o percurso da história de Cabo Verde, particularmente nos primeiros séculos de seu achamento e sua povoação, está intrinsecamente ligado com a costa africana, mais precisamente com os chamados "Rios da Guiné".

Toda a região, na altura, denominada por "rios da Guiné" era, do ponto de vista das fronteiras geográficas e do domínio territorial, muito fluida e imprecisa, estendendo-se, como anteriormente referenciado, entre o Senegal e a Serra Leoa, englobando os rios do Ouro, Senegal, Gâmbia, Casamansa, Cacheu, Grande, Nuno, Geba e Cabo Branco. No âmbito da estratégia dos navegadores e comerciantes portugueses de expandirem de forma progressiva o conhecimento e os contatos com as regiões africanas mais a sul, Cabo Verde, como acontecera com o Forte de Argüim, vai desempenhar um papel importante. Assim, o povoamento das ilhas atlânticas de Cabo Verde, iniciando-se por Santiago, se mostrou importante e crucial, passando a ser, durante muito tempo, um importante centro administrativo de cobranças dos impostos sobre as mercadorias transacionadas entre o arquipélago e a costa africana e, de modo geral, de controle do comércio realizado na costa da Guiné.

De igual modo, a ilha de Santiago servia de escala náutica de apoio para as embarcações que navegavam no Atlântico. Era, por conseguinte, do interesse da Coroa Portuguesa que o espaço fosse ocupado de modo a garantir a soberania portuguesa sobre o terreno e permitisse a sua viabilização como porto de apoio da navegação no Atlântico. Acresce, ainda, a sua importância como ponto de passagem e, em muitos casos, de ladinização de escravos que seriam comercializados na Europa e nas Américas.

No entanto, além das condições geoclimáticas relativamente insalubres, o distanciamento do espaço em relação ao Reino e a ausência de atrativos monetários não compensavam os gastos que os colonos teriam para se fixarem no arquipélago, atrasando, assim, o seu povoamento, como ficou expresso na carta de régia de 1466.

Para os que pretendiam residir no arquipélago, majoritariamente comerciantes, apenas os eventuais lucros resultantes do comércio com a costa africana justificavam a permanência nas ilhas, considerando que estas não dispunham de recursos naturais em abundância capazes de garantir um lucro fácil e rápido. As condições agroecológicas de Cabo Verde, a sua condição saheliana, não permitiam o desenvolvimento de uma produção agrícola e pecuária suficientemente atrativa e economicamente rentável, da mesma forma das ilhas atlânticas mais a norte, como os Açores e a Madeira. Refira-se, no entanto, que malgrado essas condicionalidades, a produção agrícola e pecuária não

deixou de ser importante nas ilhas de Cabo Verde Cabo Verde (Carreira, 2000; Correia e Silva, 1991, 1996).

A possibilidade efetiva da concretização do povoamento apenas viria a se tornar mais exequível com a publicação da carta régia de 1466, que garantia aos vizinhos de Santiago facilidades fiscais no trato e no regaste com a costa da Guiné. Publicada para promover o povoamento de Cabo Verde, as diretrizes dessa carta permitiam unicamente aos moradores de Santiago, com algumas restrições, comerciar livremente na costa da Guiné.

Para além dessas facilidades, aos moradores era ainda permitida a isenção de pagamento dos impostos devidos à Coroa nas mercadorias que eram levadas da costa da Guiné para a Europa, o que permitiu uma efetiva transferência de uma prerrogativa fiscal, então monopólio da Coroa portuguesa, para os moradores da ilha de Santiago de Cabo Verde.

A fim de aproveitar os privilégios concedidos, os colonos primaram pelo desenvolvimento imediato do comércio com os "rios da Guiné" ao residirem na ilha de Santiago na condição de vizinhos. Os moradores de Santiago levavam para os "rios da Guiné" produtos das ilhas e europeus que seriam trocados por produtos locais; os produtos africanos, adquiridos pelos vizinhos e moradores da ilha de Santiago, por sua vez, seriam transportados para a dita ilha e vendidos aos mercadores europeus. Em contrapartida, os mercadores europeus levavam para Santiago, onde faziam escala, mercadorias europeias para serem negociadas com os povos africanos.

Como se pode constatar, muito cedo, Cabo Verde e a costa ocidental mantiveram uma relação de mão de dupla, num fluxo e refluxo de pessoas, bens e mercadorias, aqui incluindo escravos, que como mercadorias eram tratados.

De igual modo, ainda nos primórdios do povoamento, alguns cabo-verdianos conseguiram ser alforriados até porque eram fundamentais para apoiar os empreendimentos marítimos e comerciais dos navegadores e colonos na costa ocidental, pois dominavam esses espaços e a língua. Nesse quadro, começa a constituir-se uma elite local que, cedo, começa a reivindicar a sua condição de autóctone de Cabo Verde, exigindo a sua participação nos negócios da cidade (Cohen, 2002; Fernandes, 2006, p. 67-70) e um tratamento digno de seu estatuto social e econômico. São os filhos da terra, ou brancos da terra, constituindo a designação "branco/a" uma dimensão não necessariamente, ou mesmo, raramente, fenotípica, mas antes social e econômica⁶. Na verdade, "cor" já aparece mais como um atributo do grupo social de pertença em função da partilha de um conjunto de características real ou imaginariamente imaginadas e não comporta uma dimensão exclusiva ou majoritariamente racial (Guimarães, 2012, p. 42).

Começa, neste momento, no território das ilhas, uma demarcação social e identitária em relação aos escravos e negros

⁶ Antônio Sérgio Guimarães faz uma interessante síntese histórica da(s) forma(s) como as cores das pessoas são transformadas num princípio de classificação, de hierarquização de seres humanos e civilizações, demonstrando também como, nesse processo, algumas cores, ou melhor, uma cor em particular (a negra) é negativamente definida, tornando-se legitimadora de processos de dominação (Guimarães, 2012)

da parte continental da África, tendo sido assumido, ainda que de forma implícita, que a condição "branca" significava a condição de civilizado e, portanto, europeu. A positividade de sua condição de "branco da terra" associada à do europeu/colono se opunha à negatividade da condição do negro e escravo, associada ao africano. Na verdade, ensina-nos Guimarães (2012, p. 8)

[...] as cores das pessoas não existem independentemente do modo como elas percebem e organizam as suas experiências de vida, ou seja, tal como condicionadas pelas relações sociais de que participam, e que é nessa mesma percepção que jazem as categorias do preconceito.

Esse é o primeiro traço da ambivalência identitária cabo-verdiana e que, nos parece, está fortemente associada à introjeção da situação de colonizado, mas, nesse contexto, ele aparece como usurpador, tal como definido por Memmi (2007). Com efeito, o "branco da terra" ou, se se quiser, a elite cabo-verdiana, vive uma dupla condição: de colonizado, quando ele é inscrito no contexto da situação colonial, por conseguinte, despido de direitos e, por conseguinte, de cidadania. De outro, ele se coloca (ou, em alguns contextos, é colocado pelo poder colonial) como tendo, simbólica e/ou, legalmente, o estatuto comparável ao cidadão da "metrópole", diferenciando-se de seus conterrâneos negros, cativos ou dos que se encontram em condições socioeconômicas precárias, bem como dos africanos oriundos e residentes nos rios da Guiné, portanto, na parte continental da África.

Não se pode esquecer que o cabo-verdiano:

Colonizado em Cabo Verde, ele foi muito cedo, um importante instrumento da colonização portuguesa. Neste último contexto, viveria ele a dupla condição de colonizado mas que, nos interstícios do sistema colonial, se vê dotado, por delegação, de instrumentos de exercício de poder sobre os colonizados de outros espaços coloniais em África, nomeadamente na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (Furtado, 2013, p. 9).

Começa aqui um processo marcante e transversal na história do arquipélago e que se configuraria, naquilo que denominei num trabalho anterior, como "esquizofrenia identitária" (Furtado, 2012a) ou, como uma socio-patologia, na designação de Georges Balandier (2001). Com efeito, parece-nos que

as ambiguidades e ambivalências que têm marcado as relações de Cabo Verde e dos cabo-verdianos com o continente africano e, de forma particular, a África Ocidental resultam essencialmente de um longo processo de internalização e posterior externalização de um habitus que, ao mesmo tempo que afirma, pela positividade, o ser cabo-verdiano sua especificidade, seu cosmopolitismo, mas também sua proximidade cultural com o ocidente, paradigma da modernidade, recusa, negativamente, sua inserção cultural e identitária em África, historicamente

concebida pela narrativa ocidental (política, ideológica e científica) como não possuindo história, representando a "tradição", o atraso, o barbarismo (Furtado, 2013, p. 3).

Esta situação de ambivalência e de plasticidade identitária tende a se tornar mais orgânica quando se produz todo um discurso legitimador e, não raras vezes, essencialista ou essencializante da condição cabo-verdiana, da caboverdianidade, enfim.

Esse processo se dá, de forma particular, a partir dos finais do século XIX, mas ganha maior organicidade a partir do século XX (Andrade, 1997a; Fernandes, 2006; Anjos, 2002). A elite letrada, que se constitui e ganha relevo com o alargamento da instrução e, mais tarde, com a criação do Seminário-Liceu de S. Nicolau e, em 1917, com a entrada em funcionamento do Liceu em S. Vicente, passa, de forma progressiva, a produzir uma narrativa, que se pretende científica, advogando a especificidade da sociedade e cultura cabo-verdianas, ora aproximando-as, de forma quase umbilical, à "metrópole", ora ressaltando a sua especificidade no quadro do regionalismo crioulo, ora ainda pontuando a influência negra africana.

Em todo o caso, a tendência majoritária dessas narrativas vai no sentido de relevar a sua condição crioula e mestiça de Cabo Verde. Seria uma mestiçagem tanto biológica quanto cultural. Ao erigirem a mestiçagem como marca fundamental da sociedade cabo-verdiana, os intelectuais estariam, de certa forma, negando a condição negro-africana da formação social cabo-verdiana. Não podendo afirmar-se brancos, a condição mestiça permitia, no entanto, uma aproximação, sobretudo, cultural com aqueles. Aliás, este fato viria a ser fortemente assumido pelos Claridosos⁷ nos anos trinta, que, ao defender o regionalismo cabo-verdiano no contexto luso, assumem o postulado de Gilberto Freyre relativamente à especificidade da colonização portuguesa e que resultaria do caráter nacional luso.

Como sublinha Costa para o caso brasileiro

Graças à sua história, entre o ocidente e o oriente, a África, a Europa e a Ásia, os portugueses seriam portadores de três características fundamentais: miscibilidade, mobilidade e adaptabilidade climática. Para a constituição da nação brasileira, a faculdade identificada por Freyre entre os portugueses de se fundirem biológica, social e culturalmente com outros povos teria desempenhado papel central. Conforme Freyre, os portugueses cultivavam uma predileção arquetípica pela mulher moura de pele morena, transferida automaticamente para a mulher indígena brasileira. Além disso, o colonizador português teria se empenhado em fazer do Brasil uma nação sem as fronteiras étnicas intransponíveis próprias a outras colônias, para o que se utilizou da língua portuguesa e da religião católica como referências unificadoras, destacando Freyre que a confissão católica representou durante muito tempo o único requisito para a admissão de novos imigrantes na colônia brasileira (Costa, 2001, p. 146-147).

⁷ Claridade é um movimento literário que nasce na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, na década de 30 do século passado, tendo como principais figuras Baltazar Lopes da Silva, Manuel Lopes, Felix Monteiro, Jorge Barbosa, João Lopes. A produção literária do grupo era veiculada pela revista Claridade. O movimento viria a desaparecer em 1936.

Essa situação é bastante semelhante ao caso cabo-verdiano, ainda que com especificidades, como aponta José Carlos dos Anjos:

A invenção da identidade mestiça, em Cabo Verde, é caudatária desse deslocamento (seja ele retórico ou conceitual) do discurso do racismo científico ocorrido na Europa e América no início deste século e retomado na América Latina no discurso da mestiçagem, tal como reformulado a partir dos anos 20. Em 1936, Freyre definia a mestiçagem do Nordeste brasileiro como "zona de confraternização" de brancos, negros e mestiços num clima de intimidade e cooperação. Não desaparecem os pólos branco e negro, mesmo que possa ser detectada a presença, "a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro" (Freyre, 1957, p. 279) no corpo e/ou na alma do branco. Se há aqui uma resignificação cultural da cor, ela é parcial, na medida em que não anula "o alvo, de cabelo louro" como traços identitários, portanto, distintivos, sendo a presença negra, neste caso, reservada ao plano espiritual. Separados na superfície, unidos na profundidade espiritual, união essa simbolizada espiritual e fisicamente por essa crescente massa mestiça (Anjos, 2003, p. 584-585).

As especificidades cabo-verdianas, quando comparadas ao caso brasileiro e ao dos países do Caribe seriam, para o mesmo autor, as seguintes:

Em Cabo Verde, mais do que como "zona de confraternização", a mestiçagem é percebida como ponto de anulação dos polos de antagonismo numa síntese completa, na medida em que não há sequer a separação de superfície. É relevante nesse sentido que, na literatura cabo-verdiana, o fenótipo das personagens não apareça enquanto negro ou branco, é como se o desaparecimento da classe dominante de ascendência europeia anulasse qualquer percepção de fenótipo (Anjos, 2003, p. 585).

Essa perspectiva a que se refere o autor, largamente sustentada pelos Claridosos e retomada a partir dos anos noventa do século passado, num realinhamento com as ilhas da Macaronésia, é contestada nos anos cinquenta por aqueles que pugnavam por uma independência literária (Silveira, 1963) e política (Duarte, 1999; Cabral, 2008). É a denominada geração de Amílcar Cabral⁸, que viria a dar uma organicidade política e ideológica à contestação nacional, num quadro mais vasto dos movimentos nacionalistas africanos, certamente muito influenciados pelo pan-africanismo que assola o continente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Com efeito, na esteira dos movimentos independentistas e pan-africanistas, estudantes universitários africanos em Lisboa

provocam uma inflexão na reflexão sobre a "cabo-verdianidade", assumindo a condição negro-africana de Cabo Verde. O ensaio de Silveira já referido, o também ensaio de Manuel Duarte "Cabo-verdianidade a africanidade" e vários trabalhos de Amílcar Cabral ressaltam a africanidade de Cabo Verde, assumindo-a como sendo um vetor importante da cultura cabo-verdiana e fator imprescindível de mobilização para a luta pela independência. A legitimação da criação de um partido binacional (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), a condução de uma luta armada conjunta e a proposta de criação de um Estado Federado inscrevem-se nesta linha.

Contudo, esta reafirmação dos espíritos nunca conseguiu impor-se de forma consensual, embora tenha sido hegemônica, particularmente, no contexto cabo-verdiano, na primeira década da independência. Na verdade, se com a independência, em nível interno, se verificaria uma relativa tranquilidade nos embates sobre as disputas pela imposição de narrativas identitárias hegemônicas e legítimas nas diásporas cabo-verdianas, para onde uma parte significativa dos 'vencidos' havia encontrado refúgio, a contestação se mantinha. É verdade que o regime político buscou, com grau de sucesso variado, 'cooptar' parte dos considerados antiafricanistas.

Nesse quadro, a comemoração do centenário do Movimento Claridade pelo regime político e a reinterpretação da saga dos claridosos, de forma particular de seu mais ilustre representante, Baltazar Lopes, significam a busca de um consenso, antes impossível e, neste momento, improvável. Na verdade, assiste-se a um processo de reinterpretação do Movimento Claridade, atribuindo-lhe uma dimensão e uma ação política, se não de rompimento, pelo menos de contestação ao poder colonial, reclamando a independência de Cabo Verde e, neste contexto, considerando-o como precursor da geração de Cabral.

Nos primeiros quinze anos da independência (1975-1990), esta aproximação política e simbólica de Cabo Verde com o continente se mantém. Alguns dirão até mesmo que se trata de uma aproximação geográfica. Com efeito, para os mais atentos, a representação cartográfica de Cabo Verde tem oscilado em função da hegemonia da perspectiva africanista ou atlântico/macaronésica/europeia/ mestiça de Cabo Verde. Assim, a aproximação física (representação cartográfica) do continente ou seu distanciamento permitiriam deduzir a hegemonia ideológica⁹.

Contudo, a partir de 1991, houve uma inflexão, com o retorno das teses classicamente atribuídas aos claridosos e aos defensores de solução aproximada às demais ilhas da Macaronésia. Mais do que isso, assiste-se a um resgate do ideário dos claridosos, da defesa da mestiçagem/crioulidade e da especificidade

⁸ Amílcar Cabral, agrônomo de formação, foi poeta, ensaísta, teórico das lutas de libertação e um dos criadores e líder incontestado do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde). Assassinado em 1973, na Guiné Conakry, alguns meses antes da declaração unilateral da Independência da Guiné-Bissau, Cabral é reconhecido como uma dos principais nacionalistas e pensador africano.

⁹ Na verdade, como nos sugere Castro Henriques "[...] território não é o mapa", pondo assim em evidência a importância dos fatos existenciais que não só criam a natureza mas exigem – mais do que permitem – a organização de formas de sociabilidade. O mapa não pode deixar de miniaturizar o território, e este recupera sempre a sua proeminência quando os homens são obrigados a cumprir as tarefas que os alimentam, material e espiritualmente (Castro Henriques, 2004, p. 4).

cabo-verdiana, bem como uma tentativa de defesa de sua reproximação com as ilhas da Macaronésia, num primeiro momento, e com a Europa, num segundo momento, quando se começou a discutir a possibilidade do estabelecimento de um Acordo de Parceria Especial com a União Europeia. Nesse momento, argumentos que se prendem com uma maior proximidade cultural e civilizacional de Cabo Verde com a Europa em detrimento do continente africano, o seu estado de desenvolvimento socioeconômico e a maturidade de um Estado-Nação weberiano são erigidos como indicadores importantes de sustentação de que Cabo Verde não é África.

Afinal, o arquipélago está no meio do Atlântico e, por conseguinte, considera-se e se advoga que a população é fenotípica e culturalmente mestiça, ou, melhor, crioula. Uma criouliidade estrutural e eminentemente ocidental, assumindo o Ocidente e rejeitando, no mais das vezes de forma implícita, o "resto" (Hall, 1996).

Como assinala, uma vez mais, Anjos

A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como "fusão cultural de europeus e africanos". Essa "fusão cultural" numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional. Sob esse prisma, parte da elite cabo-verdiana ostenta com orgulho o seu avanço em direção à modernidade se comparado com as demais nações africanas (Anjos, 2003, p. 581).

A ambivalência identitária, particularmente presente nas narrativas dos intelectuais cabo-verdianos pode, igualmente, ser percebida no nível das práticas sociais quotidianas, seja nas relações tensas e preconceituosas (Guimarães, 2012) entre *sampadjudus* e *badius*¹⁰ (Fontes, s.d.), seja entre os cabo-verdianos, na sua totalidade e os imigrantes provenientes dos países continentais africanos, com particular realce os oriundos dos países da costa ocidental.

Num trabalho recente, Eufémia Rocha (2009) mostra como, nas relações com os imigrantes africanos continentais, os cabo-verdianos tendem a, por um lado, classificá-los de forma homogênea pelo etnônimo 'mandjaku', ou, mais recentemente, por 'amigos', subsumindo a pluralidade de origens étnicas numa única, ao mesmo tempo que se despede o etnônimo de sua significação para lhe ser outorgada uma outra carga semântica, desta feita negativa, reportando ao africano, negro, incivilizado, num autêntico matricídio (Fernandes, 2006).

Na verdade, como bem salienta Rocha:

A descoberta de se ser um mandjaku se faz num contexto onde essa designação é criada como categoria de estigmatização e discriminação antes mesmo de ser percebida pelos destinatários. A reacção discursiva ao estigma consiste na desqualificação do acto de atribuição estigmatizante, sugerindo "ignorância" na parte cabo-verdiana que classifica a todos os imigrantes africanos com o mesmo termo (Rocha, 2009, p. 95).

A visão que esses imigrantes têm dos cabo-verdianos, letrados ou não, é de que negam de forma recorrente a sua condição de africanos e de negros. Na verdade, Rocha sustenta, com base em depoimentos de vários desses imigrantes, que

Mas, à mesma, existem aqueles cabo-verdianos esclarecidos, de olhos abertos, que conhecem a história; de outra mão, há os que são mais baixos e têm dúvidas sobre o que são, principalmente devido à sua cor da pele (Rocha, 2009, p. 84).

Pode-se, de certa forma, sublinhar que o contato mais próximo e permanente com o outro, no caso, os negro-africanos continentais, funciona, para os cabo-verdianos, como espelho, mas cuja imagem refletida é, no entanto, sistematicamente recusada, recusando-se o outro. É, nitidamente, a socio-patologia a que se referia Balandier.

Num trabalho recente, Clementina Furtado (2012b), ao analisar o processo de integração das comunidades de imigrantes oriundos dos países membros da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em Cabo Verde, assinala as dificuldades tanto institucionais como quotidianas que esses imigrantes vivenciam, particularmente na relação com os cabo-verdianos. As tensões entre as comunidades imigradas e os nacionais são recorrentes, concretizando-se, nomeadamente, na disputa por empregos num contexto de um desemprego crescente, e, por isso, numa certa estigmatização dos imigrantes, responsabilizando-os pelos infortúnios nacionais. Nesse âmbito, de forma relativamente apressada, também parte da responsabilidade pelo aumento da criminalidade é imputada aos imigrantes.

[...] os imigrantes são acusados de protagonismo em certos tipos de crime, nomeadamente, no tráfico de droga. Disso resulta uma grande tensão entre os nacionais e estes cidadãos (Furtado, 2012b, p. 363-364).

O lado paradoxal do processo é que os cabo-verdianos que são secularmente um povo migrante e que apenas recentemente e de forma estrutural têm estado a conviver com o

¹⁰ Essas duas expressões são, num certo sentido, etnônimos que, para os *sampadjudus*, se reportam aos originários, fundamentalmente, das ilhas do Barlavento (São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Sal e Boa Vista), tendo como referente principal os Sanvicentivos e, para os *badius*, se referem aos originários da ilha de Santiago. Ainda que *badius* se reporte a vadios, mais no sentido de rebeldes e contestatários, seja da escravidão, seja da situação colonial, de forma progressiva, a expressão passou a ter uma conotação pejorativa, associando-se os *badius* aos menos cultos, mais negros e, por conseguinte, mais próximos fenotípica e culturalmente da África. É a invenção do *badiu* parodiando a invenção da África de Mudimbe (1988). Para uma análise mais aprofundada da dimensão histórica dos escravos fujões (ver Baleno, 1991, p. 164 e ss.).

fenômeno migratório, tendem, em alguns contextos e mais para determinados grupos e categoriais sociais, ver e caracterizar negativamente os imigrantes africanos continentais.

Embora tenham tido experiência, na imigração, de vivenciar dificuldades de integração laboral e social, uma parte não desprezível dos cabo-verdianos acaba por reproduzir, agora não como vítimas de segregação, mas como agressores, em Cabo Verde, os mesmos padrões comportamentais que reclamam e condenam.

De registrar que estas práticas de discriminação e, por vezes, estigmatização a par de dificuldades de integração socio-laboral são particularmente direcionadas aos africanos continentais e muito menos às outras comunidades imigradas, designadamente asiática (chinesa majoritariamente) e europeia. Tal fato, nos parece, está fortemente relacionado com a representação social dos cabo-verdianos em relação aos africanos continentais, reproduzindo a visão ocidental de "invenção da África e dos africanos" na sua negatividade. Neste contexto, de forma recorrente, se encontra, nas narrativas de uma parte da intelectualidade cabo-verdiana e, amiúde, no discurso quotidiano de que Cabo Verde não é África e, por conseguinte, os cabo-verdianos não são africanos, simplesmente cabo-verdianos, uma tautologia sem qualquer força explicativa.

Esta negação da herança e da condição africana resulta de longo processo de internalização de valores e visões sobre as culturas europeias, africanas e cabo-verdianas e que remonta ao período colonial, valores e visões quotidianamente reatualizados nos discursos e nas práticas de intelectuais, dos políticos e decisores e que acabam por se disseminar pelo tecido social cabo-verdiano. É sintomático que, nos diversos subsistemas de ensino, a aprendizagem da história e da cultura africanas esteja ausente, dando uma clara primazia ao estudo da história ocidental, impondo aos estudantes, pela presença e pela omissão, uma visão eurocêntrica do mundo e da formação da sociedade cabo-verdiana. O mais paradoxal da situação é que, não obstante os esforços despendidos durante os anos 80 e 90 do século passado para a elaboração de uma História de Cabo Verde a mais endógena possível, a internalização de seus resultados no sistema de ensino resta ainda débil.

Esta situação ambígua e ambivalente que caracteriza a produção das narrativas sobre a identidade cabo-verdiana tem tido consequências negativas, não apenas na construção de uma comunidade nacional imaginada efetivamente compartilhada, como também na definição da política externa e no estabelecimento de relações políticas e diplomáticas com alguns países e organizações internacionais, de forma particular no que diz respeito à integração regional africana. Os debates à volta da participação de Cabo Verde na CEDEAO, da parceria especial com a União Europeia, etc são disso exemplos evidentes.

Alguns elementos conclusivos

Pode-se constatar, no contexto cabo-verdiano, a existência de uma forte ambiguidade discursiva e identitária. Da mesma forma, a experiência de uma permanente e secular expatriação

tem feito com que o território cabo-verdiano, enquanto *locus* de construção e de representação de uma determinada visão de mundo e de consubstanciação de relações socioculturais, seja também ela plástica, atravessando o espaço das ilhas para adentrar as diferentes diásporas. Este Cabo Verde, permanentemente fora do lugar, coloca-nos perante aquilo que Fernandes (2006) denominou de "precarização político-identitária", fazendo emergir conflitos e tensões, eventualmente "sublimados", psico e socio-geneticamente, mas não resolvidos, e que, episodicamente, afloram em nível do consciente expondo traumas e frustrações. A experiência relativamente recente do fenômeno migratório, com uma importante presença de imigrantes provenientes dos países da costa ocidental africana tem confrontado as elites, políticos e cidadãos cabo-verdianos com a identidade, ou, ao menos, parte dela, que constitui uma das matrizes do processo de formação da sociedade cabo-verdiana, mas sistematicamente rejeitada ou sublimada, o que está na origem de algumas tensões com essas comunidades imigradas e a com necessidade da retomada e da ampliação da narrativa da especificidade cabo-verdiana, de sua condição arquipelágica, atlântica, macaronésica, mestiça e crioula, num esforço de demarcação relativamente às sociedades e aos valores negro-africanos.

Se é bem verdade que este posicionamento intelectual e político não constitui uma unanimidade, ele se encontra bem presente e claramente hegemônico entre, ao menos, as elites intelectuais cabo-verdianas.

Na verdade, é essa ambivalência que tem permitido alinhamentos sit(i)uados de forma diferencial no tempo, ora se aproximando do continente africano, ora do mundo ocidental, aqui também com nuances que vão de uma aproximação com a Macaronésia (arquipélagos do Atlântico norte), passando pelos Estados Unidos da América (proximidade justificada pela forte presença da diáspora cabo-verdiana), ora ainda com a União Europeia, sendo de que a Parceria Especial entre Cabo Verde e a Comissão Europeia tem sido apontada como elemento diferencial e diferenciador.

Referências

- ALBUQUERQUE, L. de.; SANTOS, M.E.M. (coord.). 1991. *História Geral de Cabo Verde*. Praia/Lisboa, DGPC/IICP, 1074 p.
- ANDRADE, E. da S. 1997a. Du mythe à l'histoire. In: M. VEIGA (dir.), *Insularité et Littérature aux îles du Cap Vert*. Paris, Karthala, p. 17-44.
- ANDRADE, M.P. de. 1997b. *As Origens do nacionalismo africano*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 228 p.
- ANJOS, J.C.G. 2003. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. *Estudos Afro-Asiáticos*, 25(3):580-606. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300008>
- ANJOS, J.C.G. 2002. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. Praia, INIPCV/EUFRGS, 297 p.
- BALANDIER, G. 2001. La situation coloniale. Approche théorique. *Extraits, Cahiers internationaux de sociologie*, 110:9-29. <http://dx.doi.org/10.3917/cis.110.0009>
- BALENO, I.C. 1991. Povoamento e Formação da Sociedade. In: L. de ALBUQUERQUE; M.E.M. SANTOS (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Praia/Lisboa, DGPC/IICP, vol. 1, p. 125-178.

- BOURDIEU, P. 2009. *O senso prático*. Petrópolis, Vozes, 471 p.
- CABRAL, A. 2008. *Unity & Struggle Speeches and Writings*. Pretoria, UNISA Press & TSEHAI Publishers, 348 p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2000. Os (des)Caminho da Identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42):7-21.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100001>
- CARREIRA, A. 2000. *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia, Instituto de Promoção Cultural, 580 p.
- CASTRO HENRIQUES, I. 2004 Território e Identidade. *O Desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c.1872-c.1926)*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 100 p.
- COHEN, Z. 2002. A Administração das Ilhas de Cabo Verde pós-união ibérica: continuidades e rupturas. In: L. de ALBUQUERQUE; M.E.M. SANTOS (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Praia/Lisboa, DGPC/IICP, vol. 3, p. 67-156.
- CORREIA E SILVA, A.L. 1991. Espaço, Ecologia e Economia Interna. In: L. de ALBUQUERQUE; M.E.M. SANTOS (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Praia/Lisboa, DGPC/IICP, vol. 1, p. 178-236.
- CORREIA E SILVA, A. L. 1996. *Histórias de um Sahel Insular*. Praia, Spleen Edições, 174 p.
- COSTA, S. 2001. A mestiçagem e seus contrários – etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social*, 13(1):143-158.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702001000100010>
- DUARTE, M. 1999. *Caboverdianidade e Africanidade*. Praia, Spleen Edições, 141 p.
- FERNANDES, G.A. 2006. *Em Busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis/Praia, EDUFSSC/IBNL, 285 p.
- FERNANDES, G.A. 2002. *A Diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis, EDUFSC, 253 p.
- FONTES, E. [s.d.]. *O Bairrismo em Cabo Verde: Análise Sociológica das Rivalidades entre os Habitantes das Ilhas de Santiago e São Vicente*. Praia, Edição de Autor, 121 p.
- FURTADO, C.A. 2012a. Raça, Classe e Etnia nos estudos em e sobre Cabo Verde. *As Marcas do Silêncio. AFROSIA*, 45:143-171.
- FURTADO, C.A. 2013 Cabo Verde e a integração regional na África do Oeste: dissonâncias discursivas e identitárias. In: C.G. SARMENTO, *Cape Verde: Between West Africa, Europe and the Democratic Process*. Lisboa, Universidade de Lisboa. [No prelo].
- FURTADO, C. 2012b. *As migrações da África Ocidental em Cabo Verde: atitudes e representações*. Bruxelas/Praia. Tese de Doutorado. Universidade Livre de Bruxelas/ Universidade de Cabo Verde.
- GUIMARÃES, A.S.A. 2012. *Preconceito Racial. Modos, temas e tempos*. São Paulo, Cortez Editora, 144 p.
- HAESBAERT COSTA, R. 1997. *Des-Territorialização e Identidade: A Rede Gaucha no Nordeste*. Niterói, UFF, 320 p.
- HALL, S. 1999. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 102 p.
- HALL, S. 1996. The West and Rest: Discourse and Power. In: H. STUART; H. DAVID; H. DON; T. KENNETH, *Modernity: An Introduction to Modern Societies*. New York, Blackwell, p. 275-332.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. 1984. *A Invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 316 p.
- MAFEJE, A. 2001. *Anthropology in post-Independence Africa: End of an Era and the Problem of Self-Redefinition*. Nairobi, Heinrich Boel Foundation, 74 p.
- MEMMI, A. 2007. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 192 p.
- MUDIMBE, V. 1988. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 241 p.
- NETO, S. 2009. *Colônia Mártir, Colônia Modelo*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 223 p.
- RAFFESTIN, C. 1987. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. *Cahiers/Groupe Réseaux*, 3(7):263-279.
- RAFFESTIN, C. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 269 p.
- REIS, J.J. 2003. *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 680 p.
- ROCHA, E.V. 2009. *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Universidade de Cabo Verde.
- SAINT-MAURICE, A. 1997. *Identidades reconstituídas: cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras, Celta Editora, 171 p.
- SILVEIRA, O. 1963. *Consciencialização na literatura cabo-verdiana*. Lisboa, Edições da Casa dos Estudantes do Império, 29 p.

Submetido: 13/01/2013

Aceito: 30/01/2013